

A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA: FATORES HISTÓRICOS, ASPECTOS SOCIAIS E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

Giovana Mercedes Moraes de Moura¹
Flávia Regina Porto de Azevedo²

RESUMO: O objetivo deste artigo é retratar as circunstâncias históricas, sociais e políticas que estavam intrinsecamente relacionadas ao resultado do plebiscito realizado em 23 de junho de 2016, quando o Reino Unido optou por deixar a União Europeia, conjuntura que passou a ser denominada de *Brexit*. Na metodologia do trabalho, foi utilizada a abordagem de caráter bibliográfico e exploratório, em que foram analisados artigos científicos, dissertações e teses de autores que, em ocasiões passadas, analisaram o Reino Unido enquanto Estado-Membro da União Europeia, bem como as relações existentes entre o país e o bloco europeu. A análise se baseou nos cenários que se desenrolaram após a Crise do *Subprime* e da Dívida Soberana Europeia, e que atuaram como agentes impulsionadores de movimentos nacionalistas – estimulados, principalmente, por uma parte da população e de uma ala política radical – que pediam pelo abandono da UE, e, conseqüentemente, encorajaram a xenofobia contra imigrantes e refugiados que residiam no Reino Unido. Os resultados contribuem à ideia de que o *Brexit* se constituiu em algo muito maior do que meras expectativas políticas, firmando, por sua vez, um elo significativo junto àquela parcela da sociedade que rejeitou a ideia de um Reino Unido que fosse parte da União Europeia.

4637

Palavras-chave: Reino Unido. União Europeia. Plebiscito. *Brexit*.

ABSTRACT: The paper aims to describe the historical, social and political circumstances that were intrinsically related to the outcome of the plebiscite held on 23 June 2016, when the United Kingdom chose to leave the European Union, a situation that has come to be called *Brexit*. In the methodology of the article, a bibliographic and exploratory approach was used, in which scientific articles, dissertations and theses made by authors who, on past occasions, analyzed the United Kingdom as a Member State of the European Union, as well as the existing relationships were analyzed between the country and the European bloc. The analysis was based on the unfolded scenarios after the Subprime Crisis and the European Sovereign Debt Crisis, and that acted as driving agents for nationalist movements - stimulated, mainly, by a part of the population and a radical political wing - that called for abandonment of the EU, and consequently, encouraged xenophobia against immigrants and refugees residing in the United Kingdom. The results contribute to the idea that the *Brexit* constituted something much bigger than mere political expectations, establishing, in its turn, a significant link with that part of society that rejected the idea of a United Kingdom as a part of the European Union.

Keywords: United Kingdom. European Union. Plebiscite. *Brexit*.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Amazonas.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas, Pós-Graduada em Direito Penal e Processual pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

Em 23 de junho de 2016, houve a realização do plebiscito convocado pelo então primeiro-ministro, David Cameron, a fim de decidir sobre o futuro do Reino Unido na União Europeia. Após o resultado do plebiscito, a população britânica optou por se retirar do bloco europeu, dando início ao processo denominado de *Brexit*, uma abreviação para “*British exit*” (saída britânica, na tradução para a língua portuguesa). A resposta dada pela população revelou uma significativa divisão de opiniões, que foi objeto de uma série de análises a respeito do motivo pelo qual a opção por deixar a União Europeia prevaleceu sobre a decisão de permanecer. Dessa forma, com o propósito de assimilar as circunstâncias que motivaram o *Brexit*, serão utilizados artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e matérias jornalísticas a fim de obter uma ampla compreensão dos fatos históricos, sociais e políticos que antecederam a decisão britânica de abandonar o bloco europeu.

Sobre os fatores históricos, este artigo tem por objetivo analisar alguns tratados econômicos assinados pelo Reino Unido enquanto parte da UE, bem como os períodos de crise que, junto à assinatura do Tratado de Lisboa, contribuíram para a existência de movimentos nacionalistas responsáveis por dar início a ideais separatistas no Reino Unido. Já em relação aos aspectos sociais, o artigo avaliará a posição dos eleitores quanto aos motivos pelos quais seria mais vantajosa a saída ou a permanência britânica no bloco europeu, além de ser analisada a forma como a xenofobia foi impulsionada pelo resultado que favoreceu os apoiadores do *Brexit*, contribuindo para a crescente violência contra refugiados e imigrantes, no Reino Unido. Em se tratando dos desdobramentos políticos, serão analisados os arranjos das eleições legislativas de 2015 que propiciaram o *Brexit*, e a forma como os partidos políticos de direita radical contribuíram para a ascensão de movimentos eurocéticos.

Por fim, o trabalho se justifica na necessidade de estudar a forma pela qual a decisão de deixar a União Europeia não se constituiu apenas em um ato de motivações políticas ou econômicas. Isto porque, ao analisar as perspectivas da sociedade, poderá se comprovar a maneira como aspectos, até então, pouco considerados no cenário britânico, como a xenofobia, o radicalismo e o euroceticismo, tiveram um papel determinante na escolha da população do Reino Unido por abandonar a União Europeia.

2 O PLEBISCITO DE 2016

Ao contrário do que era esperado pelas instituições, pela opinião pública europeia e, até mesmo, pelas pesquisas realizadas em boca de urna, que conjecturavam um resultado diferente,

a contagem final do plebiscito revelou que a maioria dos cidadãos optou pela retirada do Reino Unido da União Europeia. De fato, a quantidade de cidadãos que votaram pela saída do Reino Unido obteve um total de 17,41 (51%) milhões de votos, superando em 1,27 milhão os 16,14 (48,1%) milhões de eleitores que optaram pela permanência na UE.

Entretanto, apesar do voto pela saída ter sido superior, esse processo não estava imune a críticas, haja vista que alguns partidos, como o Trabalhista, o Liberal Democrata, o Nacionalista Escocês (SNP), e o galês Plaid Dymru, estavam entre aqueles que encabeçavam a mobilização pela permanência na União Europeia e eram totalmente contrários à saída. Para Soares (2019), outras fortes objeções à saída remetiam, principalmente, à natureza do próprio instituto do plebiscito, uma vez que a ideia fundamental do núcleo de objeções centrava-se no fato de o plebiscito não se constituir no melhor modo de decidir a questão relacionada à posição de um Estado-Membro da UE – tendo em vista a série de complexidades envolvidas nessa situação –, e ao caráter predominantemente técnico das principais adversidades provocadas pela integração europeia.

O plebiscito viria a revelar, ainda, a acentuada divisão de interesses nas diferentes regiões do Reino Unido, que se tornou ainda mais pronunciada no majoritário voto escocês pela permanência – juntamente à Irlanda do Norte e a Londres –, opondo-se ao País de Gales e ao restante da Inglaterra, que optaram pela saída. A escolha dessas regiões por seguir na União Europeia, ou se desvincular dela, estava relacionada, sobretudo, ao grau de escolaridade e à faixa etária dos votantes, já que 70% dos eleitores cuja escolaridade seria apenas até a GCSE (qualificação acadêmica geralmente obtida por estudantes aos 16 anos de idade) ou menos votaram pela saída, enquanto 68% dos eleitores com um diploma universitário votaram para permanecer na UE. Entre os maiores de 65 anos, 64% votaram por sair, enquanto apenas 36% votaram pela permanência. Já entre os eleitores de 24 a 49 anos, 54% optaram por permanecer, enquanto 60% dos eleitores entre 50 e 64 anos optaram por deixar (YouGov, 2016).

2.1 Antecedentes históricos: tratados econômicos, crises financeiras e ascensão do nacionalismo

Em 1996, buscando o fortalecimento dos compromissos assumidos em Maastricht, é estipulado o Pacto de Estabilidade e Crescimento, no qual são especificadas algumas regras para que os países coordenem suas políticas orçamentais a fim de garantir a estabilidade do bloco, mantendo as obrigações de convergência econômica para a adesão da moeda comum. E, assim, em 2002, o euro começou a circular como moeda comum entre os 12 países que o adotaram inicialmente (Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo,

Holanda, Áustria, Portugal e Finlândia). Entretanto, o Reino Unido fez parte dos países que optaram por não aderir ao euro como sua moeda oficial, por meio de uma cláusula de não participação, mantendo maior distanciamento e autonomia frente às questões europeias (Banco Central Europeu, 2018).

Entre os anos de 1997 e 2007, quando o Reino Unido era comandado pelo primeiro-ministro Tony Blair, as relações entre Reino Unido e UEM (União Econômica e Monetária da União Europeia) seguiram com maior facilidade, chegando a ser cogitada, pela nação, a adoção do euro como moeda oficial. Entretanto, com a vinda da Crise do *Subprime* – chamada por muitos de “bolha imobiliária americana” – e, principalmente, com a Crise da Dívida Soberana Europeia e seus impactos na Zona do Euro, os planos de adoção da moeda única perderam seu espaço para novos movimentos eurocéticos (Mcnabb, 2018).

Entretanto, em junho de 2007, os Estados-Membros se reuniram, em Lisboa, para entrar em consenso acerca de um tratado que trabalhasse com boa parte da Constituição da União, deixando de fora todas as disposições federalistas ou constitucionais, e, assim, aumentando os poderes da UE. Dessa forma, em 13 de dezembro de 2007, foi assinado o Tratado de Lisboa, que alterou o Tratado da UE e transformou o Tratado da Comunidade Europeia no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, além de conter, em seu art. 50, um mecanismo que facilitava o abandono do bloco europeu por parte de um Estado-Membro. Sendo assim, o Tratado de Lisboa, muito além de finalizar os trabalhos iniciados pelo Tratado de Maastricht, possibilitou aos países-membros a faculdade de poderem acionar e exercer o direito de saírem da União, a partir de dezembro de 2009 (Castilho, 2020). 4640

Dessa maneira, sendo impulsionados pela recente possibilidade de deixarem a União Europeia e pelas longas crises em curso no bloco europeu, houve o fortalecimento de movimentos ligados à direita política britânica, que trouxe visões contrárias à imigração e fortaleceu um argumento de que era necessário ao país maior autonomia frente às questões europeias (Duff, 2016). Esse contexto revelava, também, uma realidade pouco considerada até então: o fato de boa parte dos britânicos não se perceber como europeu, circunstância diretamente correlacionada ao fortalecimento de movimentos reacionários e de partidos nacionalistas que se nutriam da rejeição à União Europeia, bem como da aversão aos imigrantes, medo do terrorismo e escassez de trabalho. Essa conjuntura só foi possível de ser observada quando;

[...] a divisão social que estava em estado latente no Reino Unido começou a eclodir, gerando divergências de identidade principalmente com relação ao continente europeu. Uma parte dos britânicos por meio do aspecto intersubjetivo e cognitivo procuraram começar a se identificar mais entre si, enquanto a União Europeia se tornava mais distante. Prevalendo o discurso contra a imigração, objetiva-se um maior controle dos

povos vindos do continente justificada por uma preocupação com a perda da soberania britânica (Racy et al., 2020, p. 11).

2.2 Sair ou permanecer: os pontos de vista dos eleitores e as perspectivas xenofóbicas

Dentre os eleitores que votaram no plebiscito realizado em 2016, que incluiu mais de 70% da população, muitos eram os argumentos tanto para a saída quanto para a permanência do Reino Unido no bloco europeu. As principais alegações elencadas pelos defensores do *Brexit* eram: o peso fiscal – uma vez que os recursos financeiros destinados à União Europeia poderiam ser realocados para outros serviços públicos –; o excesso de regulação em diversos setores; a falta de autonomia na criação de políticas nacionais; e o inchaço da burocracia.

Apesar de todos esses aspectos, pode-se afirmar que a migração se constituiu na principal motivação dos britânicos que optaram por deixar a União Europeia. Fatores como o terrorismo, agravado pela facilidade do livre trânsito de pessoas entre as nações europeias; os constantes fluxos migratórios causados pela necessidade de acolhimento de refugiados, junto à consequente sobrecarga do sistema de saúde; o aumento da oferta de mão de obra barata e a concorrência por postos de trabalho; os constantes envios de verbas a Bruxelas e pouco retorno financeiro convenceram as autoridades fazendárias de que a permanência na União Europeia pudesse ser nociva às finanças (Brito Filho, 2016).

4641

Enquanto isso, aqueles que se posicionavam a favor da permanência alegavam que a saída causaria uma série de impactos negativos na economia do Reino Unido, ao dificultar a imigração de britânicos para outros países-membros da UE, e, ainda, ao levar à perda de diversas vagas de emprego. Ademais, defendia-se que os gastos e taxas para com a UE não seriam negativos frente aos inúmeros benefícios que o livre-comércio e a participação no bloco traziam à nação (Mcnabb, 2018).

Outros argumentos defendidos pelos eleitores a favor da permanência se constituíam no fato de que a saída do Reino Unido poderia significar a perda de um milhão de postos de trabalho e de 66 milhões de libras anuais em investimentos dos países do bloco europeu (Exame, 2016). Ademais, enquanto membro da UE, o Reino Unido poderia obter melhores condições comerciais em virtude do fato de a União Europeia trazer investimentos, emprego e proteção aos trabalhadores e aos consumidores britânicos, uma vez que as reformas aprovadas pelo bloco eram responsáveis por proteger o espaço e a influência do Reino Unido dentro do mercado único, além de promoverem maior competitividade à União Europeia, o que ajudaria as empresas britânicas na criação de emprego e geração de crescimento econômico.

Entretanto, todos esses argumentos não faziam frente à quantidade de discursos xenofóbicos que ganharam força após o resultado do plebiscito. A xenofobia é bastante comum na Europa e, principalmente, naqueles países que comportam grandes fluxos migratórios. Alguns dias após o anúncio do resultado, o lado vitorioso começava a expor, nas redes sociais, falas hostis destinadas aos grupos de nativos descendentes de imigrantes, ou imigrantes advindos de países do antigo Império Britânico (Nagesh, 2016). Uma série de manifestações que pediam a saída imediata de imigrantes foram vistas pelo país, com frases que pediam pela interrupção das imigrações e pelo começo da repatriação, ou, ainda, cartazes que diziam aos refugiados que estes não eram bem-vindos (BBC, 2016).

Todos esses atos deixavam clara a demonstração de uma profunda divisão interna da população, o que impulsionou, novamente, a existência de discursos xenofóbicos contra refugiados e imigrantes que tanto lutaram para serem acolhidos em um lugar onde pudessem ser respeitados e ter os seus direitos, enfim, assegurados. Assim, esses acontecimentos violam, diretamente, o estabelecido no art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma a capacidade que todo ser humano tem de gozar de direitos e liberdades, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

4642

3 RAÍZES POLÍTICAS DO BREXIT: AS MOBILIZAÇÕES INICIAIS PELA SAÍDA BRITÂNICA E O FORTALECIMENTO DE MOVIMENTOS EUROCÉTICOS

Após a crise financeira que ocorreu em 2008, houve um fortalecimento da campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia, impulsionada pela ascensão do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP), de extrema-direita, e com um caráter fortemente eurocético. Dois anos depois, em 2010, o Partido Conservador – que, há muito, estava fragmentado devido à acentuada divisão entre europeístas e eurocéticos – regressava ao governo britânico com David Cameron, recém-eleito primeiro-ministro. Tendo que lidar com a crise instaurada, o aparecimento do UKIP contribuiu para aprofundar a radicalização antieuropeia entre os deputados conservadores (Soares, 2019).

Durante as eleições para o Parlamento Europeu, em 2014, o UKIP foi o maior vencedor. Então, pressionado internamente por membros mais radicais do Partido Conservador, e, externamente, pelo crescimento de um sentimento nacionalista no país, David Cameron prometeu a realização do plebiscito sobre a permanência do Reino Unido no bloco europeu caso vencesse as eleições de 2015. A notícia do plebiscito foi bem recebida pelos eurocéticos que, há muito, faziam campanha pela saída do bloco, tendo como principal argumento o fato de que a

União Europeia tinha crescido demais nas últimas décadas, e estava exercendo um controle cada vez maior sobre o Reino Unido. Assim, a eleição foi vencida pelo Partido Conservador, que conseguiu a maioria absoluta dos assentos, e o plebiscito foi, enfim, realizado.

Entretanto, o argumento utilizado pelos eurocéticos era, no mínimo, equivocado, haja vista que a jurisdição do Reino Unido pertencia unicamente a ele, e não à União Europeia. A respeito disso, Valerio Mazzuoli afirma que,

[...] sobre o seu território, o Estado exerce, de forma geral e exclusiva, o que se chama de jurisdição. Dizer que o Estado tem jurisdição geral significa que ele, dentro de seu território, exerce todas as competências de que dispõe (legislativa, administrativa e jurisdicional); e falar em jurisdição exclusiva quer dizer que, no exercício de tais competências, o Estado não se subordina ou não concorre com qualquer outra potência estrangeira, sendo o titular absoluto do uso legítimo da força pública (Mazzuoli, 2015, p. 540).

De acordo com Xavier (2016), no final de 2015, conforme a pesquisa Standard Eurobarometer, eram altas as perspectivas de ruptura do Reino Unido com a União Europeia devido ao euroceticismo. Enquanto 23% dos europeus tinham imagem negativa da União Europeia, 41% eram pessimistas quanto ao seu futuro. Já entre os britânicos, 31% viam negativamente o bloco, e 62% desacreditavam no futuro da União Europeia. Somente quando a proposta britânica de renegociar os termos de adesão ao bloco estava no fim da agenda de discussão, os líderes europeus se preocuparam efetivamente com o rompimento, uma vez que as pesquisas mostravam, em maio de 2016, que o resultado do plebiscito seria apertado (Barboza; Montenegro, 2016). 4643

Para que se possa compreender mais profundamente o início do processo de desvinculação britânica do bloco europeu, é vital que se analise a ascensão do UKIP no Reino Unido. Seu crescimento acabaria por somar força às vozes daqueles que sempre defenderam visões nacionalistas e eurocéticas, sendo o UKIP a voz do avesso ao modelo supranacional europeu, afastando-se de todos os preceitos responsáveis por limitar a soberania política britânica (Jesus Júnior, 2020). De acordo com uma matéria divulgada pela BBC, em 2014, a força do UKIP foi construída ao longo do tempo e consolidada nas eleições daquele ano, quando o partido fez um esforço significativo ao explicar como deixar a União Europeia seria a resposta para toda uma série de questões dentro de uma pauta mais conservadora, ressaltando os “problemas” sobre imigração, e traçando planos para cortar impostos para os que têm renda média, além da oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. O líder do partido, Nigel Farage, teve sucesso ao espalhar sua mensagem, sensibilizando os eleitores desencantados dos outros “três grandes partidos” (Hunt, 2014).

Entretanto, antes e durante os desdobramentos do plebiscito, David Cameron acreditava que o voto pela permanência na Europa, defendido por ele, seria vencedor, o que o ajudaria a derrotar seus adversários ao consolidar e fortalecer a sua liderança. Porém, a confirmação de um resultado inesperado custou o cargo de Cameron, que abdicou da liderança do Partido Conservador e, em consequência, do cargo de primeiro-ministro, sendo substituído, em julho de 2016, por Theresa May, também do Partido Conservador. May assumiu o cargo de primeira-ministra após aceitar o convite da rainha Elizabeth II para formar governo, tendo o compromisso inicial de negociar a ruptura com a União Europeia, unir o Partido Conservador e um Reino Unido profundamente polarizado pelo *Brexit*.

CONCLUSÃO

Tomando como base o que foi exposto, é possível constatar que, após os períodos de crises financeiras que atingiram a Europa e, conseqüentemente, a Zona do Euro, os movimentos separatistas e eurocéticos ganharam força no Reino Unido. Essa situação teve como cenário, ainda, a assinatura do Tratado de Lisboa, que dava aos países-membros a decisão de abandonar o bloco e os meios pelos quais esse ato poderia ser concretizado. Além disso, o fato de uma parcela significativa da população do Reino Unido não se ver como europeia, juntamente ao surgimento de alguns movimentos anti-imigração, deu início à decisão britânica de deixar o bloco europeu. 4644

Essas circunstâncias eram reflexo de uma sociedade extremamente polarizada, que, durante o plebiscito realizado em 2016 para decidir o futuro do Reino Unido, optou por abandonar a União Europeia, ato que contribuiu consideravelmente para que um problema muito comum no continente europeu ganhasse contornos ainda mais fortes: a xenofobia. Essa situação colocou os imigrantes e refugiados em grande risco, no Reino Unido, onde foram alvo de mensagens de cunho radical que pediam pela sua expulsão e, em alguns casos, incitavam que fossem tratados com violência, um fato que violava deliberadamente os direitos e garantias individuais assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entretanto, faz-se necessário afirmar, ainda, que os movimentos radicais e nacionalistas não tiveram início apenas após o anúncio do resultado do plebiscito de 2016, haja vista que, desde 2014, com a ascensão do UKIP, partido de extrema direita, o euroceticismo se estabeleceu definitivamente no Reino Unido. Esse fato, juntamente com as constantes pressões feitas por alguns membros do Partido Conservador sobre David Cameron, foi determinante para que o plebiscito fosse instaurado, levando à renúncia do primeiro-ministro pouco tempo após a divulgação do resultado.

Por fim, é possível comprovar o quanto o *Brexit* estava, nas suas origens, profundamente interligado a questões históricas e sociopolíticas que, ao longo dos anos, foram tomando forma no Reino Unido e desaguaram na sua retirada do bloco europeu. Pode-se atestar, também, o fato de o radicalismo, a xenofobia e o euroceticismo, que, até então, estavam às margens da sociedade, não necessitaram de muitos esforços para virem à tona novamente, com o objetivo de pôr em xeque uma série de liberdades e garantias que o mundo contemporâneo tardou a conquistar. Essa situação comprova, de maneira aterradora, que o esforço internacional de assegurar uma série de direitos individuais deve ser ininterrupto, pois é suficiente que haja algum tipo de crise econômica, política ou social para que os direitos dos menos favorecidos sejam, continuamente, questionados.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL EUROPEU. **Transição inicial (2002)**. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/euro/changeover/2002/html/index.pt.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BARBOZA, Mariana; MONTENEGRO, Raul. O fim de uma era. **Isto É**, São Paulo, p. 44-50, 2016. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-fim-de-uma-era/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BBC. **‘Voltem para casa’: relatos de xenofobia inundam redes sociais após votação da Brexit**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36625173>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRITO FILHO, T. D. S. C. **Brexit, entre soberania e hospitalidade: por um horizonte ético para as Relações Internacionais**. Brasília, 2016. 68 p. – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Documento eletrônico. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16369/1/2016_TarsisDaylanSepulvedaCoelhoBritoFilho_tcc.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CASTILHO, Filipe Philipps. **Raízes Políticas do Brexit**. In: SEMINÁRIO DISCENTE DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2020, Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba: PKP, 2020, p. 1-21.

DUFF, Andrew. **Britain’s special status in Europe: A comprehensive assessment of the UK-EU deal and its consequences**. Londres: Policy Network, 2016. Disponível em: <<https://policynetwork.org/wp-content/uploads/2016/03/Britains-special-status-in-Europe.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

EXAME. **Quem é a favor e quem é contra a saída do Reino Unido da UE**. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/quem-e-a-favor-e-quem-e-contra-a-saida-do-reino-unido-da-eu/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

HUNT, Alex. **UKIP: The story of the UK Independence Party's rise**. BBC. 21 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-21614073>> Acesso em: 23 nov. 2020.

JESUS JÚNIOR, Helvécio. **O Brexit, a soberania e o globalismo**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 24-27, fev. 2020.

MAZZUOLI, V. D. O. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MCNABB, Carolina Vanzato. **A saída do Reino Unido da União Econômica e Monetária Europeia** (Brexit): Uma avaliação a partir das crises recentes e da instabilidade interna do bloco. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

NAGESH, Ashitha. Is this what BAME people have to look forward to post-Brexit? **Metro.co.uk**, Londres, 25 jun. 2016. Disponível em: <<https://metro.co.uk/2016/06/25/is-this-what-bame-people-have-to-look-forward-to-post-brexit-5965720/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RACY, J. C. *et al.* Brexit: Como a saída do Reino Unido da União Europeia afeta as relações de comércio internacional. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-19, ago./2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/47523>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOARES, António Goucha. Brexit: o referendo de 2016. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 6, n. 61, p. 63-75, mar./2019. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n61/n61a06.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

XAVIER, Laecio Noronha. **Euroceticismo e Brexit**: antipolítica, nacionalismo e desigualdade na era do comunitarismo e da globalização. In: CONGRESSO DO CONPEDI, 25, 2016, Curitiba. *Anais do XXV Congresso Nacional do CONPEDI*. Curitiba: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2016, p. 1-25.

YOUNGOV. **How Britain voted at the EU referendum**. Disponível em: <<https://youngov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/06/27/how-britain-voted>>. Acesso em: 24 nov. 2020.